



Número: **0803881-02.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **09/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.775,00**

Assuntos: **SEGURO, SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOILSON SOARES DE OLIVEIRA (AUTOR)		RENAN DE CARVALHO PAIVA (ADVOGADO) FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO (ADVOGADO) RUY NEVES AMARAL DA ROCHA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
23344 913	08/08/2019 15:17	Termo de Audiência	Termo de Audiência
23344 923	08/08/2019 15:17	0803881-02.2019.8.15.2003p	Documento de Comprovação
23711 025	21/08/2019 15:11	Petição	Petição
23711 031	21/08/2019 15:11	2610665_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01	Outros Documentos
23711 032	21/08/2019 15:11	2610665_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_Anexo_01	Outros Documentos
23962 093	29/08/2019 20:09	Ofício	Ofício
24196 106	06/09/2019 10:54	Petição	Petição
24196 111	06/09/2019 10:54	2610665_PET JUNT LIQUIDACAO_Anexo_02	Outros Documentos
24196 112	06/09/2019 10:54	2610665_PET JUNT LIQUIDACAO_Anexo_01	Outros Documentos
24196 114	06/09/2019 10:54	2610665_PET JUNT LIQUIDACAO_01	Outros Documentos
24466 413	16/09/2019 16:52	Petição de Levantamento de Alvará	Petição
24466 426	16/09/2019 16:52	LEVANTAMENTO DE ALVARÁ JOILSON SOARES DE OLIVEIRA	Outros Documentos
24488 716	17/09/2019 11:40	Petição	Petição
24488 719	17/09/2019 11:40	2610665_PETICAO_JUNTADA_CUSTAS_FINAIS	Outros Documentos
24488 722	17/09/2019 11:40	2610665_FINAIS	Outros Documentos
24780 518	26/09/2019 17:13	Alvará de Levantamento	Alvará de Levantamento
24781 134	26/09/2019 17:13	Alvará de Levantamento	Alvará de Levantamento

PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

TERMO DE AUDIÊNCIA

DATA: 8 de agosto de 2019, 15:08:50

PROCESSO NÚMERO - 0803881-02.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [SEGURO, SEGURO]

Juiz de Direito: Dr. Fernando Brasilino Leite

AUTOR: JOILSON SOARES DE OLIVEIRA

Advogados do(a) AUTOR: RUY NEVES AMARAL DA ROCHA - OAB/PB 23263

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Preposto: Diego de Souza Augusto

Advogados da Seguradora: André Luiz Ferreira Vasconcelos Sobrinho – OAB/PB nº 18.747; Augusto

César Araújo Lima – OAB/PB nº 20.863

Aberta a audiência, submetida a parte autora à perícia médica, conforme laudo que segue, não chegaram as partes a acordo. Em seguida, pela Juíza foi proferida a seguinte sentença: AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL COMPROVADA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. APLICABILIDADE DA LEI VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR PERCEBIDO. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO. Comprovado o acidente automobilístico que resultou a debilidade parcial e permanente ao autor, é devida a indenização do seguro obrigatório, no patamar previsto na Lei 6.194/74, conforme o grau da lesão sofrida. **AUTOR: JOILSON SOARES DE OLIVEIRA**, devidamente qualificado, ingressou com a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT, em face de **RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**, igualmente qualificada, pelos fatos e fundamentos a seguir delineados. Narra a parte autora que foi vítima de acidente de trânsito, que lhe causou sequelas irreversíveis. Assim, requereu a indenização devida pelo seguro obrigatório junto a seguradora ré, no entanto, recebeu apenas importância menor do que entende devido. Desse modo, requer a condenação da promovida ao pagamento da diferença devida, equivalente ao valor determinado pela perícia médica, corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ. Juntou documentos. Citada, a parte ré contestou o pedido autoral, tendo a parte autora impugnado a peça defensiva. Saneado o processo, designou-se audiência de conciliação, instrução e julgamento, ocasião em que fora realizada perícia médica na parte autora, conforme laudo em anexo, não tendo as partes transacionado. Eis o relatório. Passo a decidir. Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório – DPVAT – promovida pela autora com fundamento em que o acidente de trânsito lhe causou debilidade permanente do 5º dedo da mão direita



¶. Acerca da matéria, é consabido que o pagamento do seguro obrigatório DPVAT é derivado da Lei n. 8.441/92, que estabeleceu o consórcio obrigatório de seguradoras para pronto pagamento às vítimas de veículos automotores, mesmo que se trate de veículos cujos seguros se encontrem vencidos ou não realizados. Dispõe o artigo 5º da Lei 8.441/92 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.” Nesse diapasão, ocorrido o sinistro, basta a comprovação do acidente a apresentação de laudo pericial emanado de perito designado para atestar a invalidez permanente da vítima. *In casu*, emerge dos autos a prova da ocorrência do acidente automobilístico e da debilidade permanente, razão pela qual o pagamento da indenização é medida que se impõe. Registre-se que a seguradora ré efetuou, administrativamente, o pagamento de parte da indenização, numa evidência de que o nexo causal entre o sinistro e a lesão restou comprovada. A Lei nº 6.194/74, na forma como vigente à época do sinistro, estabeleceu que, nas hipóteses de indenização por invalidez permanente, o valor da indenização corresponderá ao limite o máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Destaque-se é pacífico o entendimento de que é necessária a quantificação das lesões de caráter permanente para a aferição do valor devido a título de DPVAT nos casos de invalidez permanente. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 474, cujo teor é o seguinte: “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.” Ainda, restou pacificada a aplicação da tabela instituída pela Lei nº 11.945/2009, inclusive aos sinistros ocorridos antes da vigência da referida norma, conforme se pode extrair do seguinte julgado: RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. CIVIL. SEGURO DPVAT. SINISTRO ANTERIOR A 16/12/2008. VALIDADE DA TABELA DO CNSP/SUSEP. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: “Validade da utilização de tabela do CNSP para se estabelecer a proporcionalidade da indenização ao grau de invalidez, na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória 451/08”. 2. Aplicação da tese ao caso concreto. 3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 1303038/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/03/2014, DJe 19/03/2014) Na situação em análise, o laudo em anexo é claro ao afirmar que houve sequelas de repercussão intensa, de acordo com a tabela SUSEP/DPAVT prevista na Lei nº 11.945/2009; portanto, o cálculo a ser observado, para fins condenatórios, é de 75% (intensa) de 10 % (dedo da mão - graduação da tabela) de R\$ 13.500,00, que corresponde ao valor de R\$ 1.012,50. Destaque-se que, conforme consta dos autos, a autora recebeu administrativamente a importância de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais). Desse modo, resta devido como complementação o montante de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos). Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, para condenar a parte promovida ao pagamento de indenização no importe de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), devendo esse valor ser corrigido com base na variação do INPC, a partir da data do acidente (Precedentes do STJ: Resp 1747156/RS), bem como acrescido de juros legais de 1% ao mês, a contar da citação. Tendo em vista ao princípio da causalidade, eis que a empresa demandada foi quem deu causa à promoção da hodierna querela, deverá suportar sozinha o valor das custas processuais devidas, inclusive das despesas com a predita perícia, bem como os honorários sucumbenciais que fixo no importe de 20% do valor da condenação (proveito econômico), nos moldes do art. 85, §2º, do CPC. Para tanto, corrijo de ofício o valor da causa para R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos). À Serventia para retificar junto ao sistema, o valor da causa acima estabelecido por este Juízo, para fins, inclusive, de emissão da correlata guia. Publicada e intimados os presentes em audiência. Registre-se. Oficie-se COM URGÊNCIA para fins de transferência dos honorários periciais. Após o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades acima, intime-se a parte promotora para requerer o cumprimento da sentença acostando a documentação necessária para tal desiderato (planilha com memorial de cálculos), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento. Requerido o cumprimento pela parte promotora, INTIME a parte promovida para fins de adimplemento, sob pena de incidência de multa e penhora on line. Adimplida a dívida, INTIME a parte promotora para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Concordado com o valor, EXPEÇA-SE ALVARÁ. Após o que, calcule as custas e intime a parte promovida para o pagamento. Atendidas as determinações acima, arquivem-se os autos.

Finalizada a audiência, segue assinada digitalmente pelo(a) magistrado(a) presidente do feito, diante da permissão do art. 25 da Resolução CNJ nº 185/2013 e art. 2º da Lei 11.419/2006.



R\$ 337,50

https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/listAu...

4

AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

(Art. 31 da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974)

Nº DO PROCESSO: 0803881-02.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOILSON SOARES DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

RUY NEVES AMARAL DA ROCHA CPF: 088.456.874-14, JOILSON SOARES DE OLIVEIRA CPF: 043.904.484-71, FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO CPF: 089.524.534-50, RENAN DE CARVALHO PAIVA CPF: 090.459.114-00
Nome: JOILSON SOARES DE OLIVEIRA
Endereço: R JOSIAS BARBOSA FERREIRA, 186, (Cuiá), ERNESTO GEISEL, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58075-693

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

5º dedo da mão direita

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Fratura exposta do 5º quíquedo do
dedo - Tratamento cirúrgico
segue fisioterapia

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Deformidade grave em 5º dedo
da mão esquerda, dedo direito.
Limitação importante da flexo-

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is)

acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

Ernesto Logenbach Neto
MÉDICO
CRM - PB 10.690

P/ACE Gestão de Saúde

Dr. Rosana B. Duarte de Faria
Médica - CRM 4163-PB/CREMERF 19414
CPF: 5875738-914-34



Assinado eletronicamente por: FERNANDO BRASILINO LEITE - 08/08/2019 15:17:03

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080815170303200000022631485

Número do documento: 19080815170303200000022631485

02/07/2019 14:36

Num. 23344923 - Pág. 1

(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).
Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 8.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input checked="" type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
4ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Local e data da realização do exame médico:

J. Lessa 08/08/2019

Assinatura do médico - CRM

Dr. Rosana B. Duarte - CRM
Médica - CRM 4183-PB/CRM 271234
CPF: 587.738.27-34

Ernesto Loewenbach Neto
MÉDICO
CRM 10.690
P/ACE GESTÃO DE SAÚDE

EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08038810220198152003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOILSON SOARES DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.


JOAO PESSOA, 16 de agosto de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB







Nº DA CONTA JUDICIAL

1000115906484

Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)		TIPO DE JUSTIÇA	
0		15/08/2019		1618		ESTADUAL	
DATA DA GUIA		Nº DA GUIA		TRIBUNAL		TRIBUNAL DE JUSTICA	
14/08/2019		2610665		0803881-02.2019.815.2003			
COMARCA		ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE		VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
JOAO PESSOA		4 VARA CIVEL		RÉU		200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
				Juridico			
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE				TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
JOILSON SOARES DE OLIVEIRA				Fisica		04390448471	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA							
304006D48308F483							



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB
CEP: 58.013-520
Telefone: (83)3238-6333

OFÍCIO Nº 0750/2019-scf

João Pessoa/PB, 29 de agosto de 2019.

Nº DO PROCESSO: 0803881-02.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOILSON SOARES DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESTINATÁRIO:

A o Il m o . S r .
Gerente do Banco do Brasil S/A
Agência Setor Público
Av. Julia Freire, 1071, Torre - Bairro: João Pessoa/PB
CEP: 58040-040

Senhor Gerente,

Solicito a Vossa Senhoria, que seja efetuada a transferência do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) e seus acréscimos legais, conforme dados do DJO abaixo:



Banco do Brasil

Nº DA PARCELA

0

DATA DO DEPÓSITO

15/08/2019

AGÊNCIA (PREF / DV)

1618

TIPO DE JUSTIÇA

ESTADUAL

DATA DA GUIA

14/08/2019

Nº DA GUIA

2610665

Nº DO PROCESSO

0803881-02.2019.8.15.2003

TRIBUNAL

TRIBUNAL DE JUSTICA

COMARCA

JOAO PESSOA

ORGÃO/VARA

4 VARA CIVEL

DEPOSITANTE

RÉU

VALOR DO DEPÓSITO (R\$)

200,00

NOME DO RÉU/IMPETRADO

TIPO DE PESSOA

Juridico

CPF / CNPJ

NOME DO AUTOR / IMPETRANTE

JOILSON SOARES DE OLIVEIRA

TIPO DE PESSOA

Fisica

CPF / CNPJ

04390448471

AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA

304006D48308F483

A título de pagamento de honorários periciais, para a Conta nº 5846-7, agência nº 1344-7, do Banco do Brasil, em favor da perita Rosana Bezerra Duarte de Paiva, portadora do CPF nº 587-738.514-34.



Atenciosamente,

[documento assinado eletronicamente]

Juiz(a) de Direito



EM ANEXO



**Cálculo de Atualização Monetária****Dados básicos informados para cálculo****Descrição do cálculo**

Valor Nominal	R\$ 337,50
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Setembro/2018 a Julho/2019
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	29/5/2019 a 30/8/2019
Honorários (%)	20 %

Dados calculados

Fator de correção do período	303 dias	1,030572
Percentual correspondente	303 dias	3,057189 %
Valor corrigido para 1/7/2019	(=)	R\$ 347,82
Juros(93 dias-3,00000%)	(+)	R\$ 10,43
Sub Total	(=)	R\$ 358,25
Honorários (20%)	(+)	R\$ 71,65
Valor total	(=)	R\$ 429,90

Retornar Imprimir



N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		02/09/2019	1618	200133296831
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
30/08/2019	2610665	0803881-02.2019.815.2003	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
JOAO PESSOA	4 VARA CIVEL	RÉU	429,90	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
JOILSON SOARES DE OLIVEIRA		Física	04390448471	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
9C3016E1E246EC84				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08038810220198152003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOILSON SOARES DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação.**

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.

Ademais, nos termos do Provimento 68/2018 do CNJ, desde logo a requerida expressa que não se opõe ao levantamento dos valores depositados, suficientes para a satisfação total do crédito devido por força da condenação havida nos presentes autos.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

JOAO PESSOA, 4 de setembro de 2019.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



Segue em anexo Petição Levantamento de Alvará JOILSON SOARES DE OLIVEIRA.



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA 4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA DA COMARCA DA CAPITAL.**

Processo nº 0803881-02.2019.8.15.2003.

JOILSON SOARES DE OLIVEIRA, já qualificado na presente ação que move em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**, por seu advogado infra-assinado, desde já, requisita a expedição de dois (02) alvarás, um em nome da parte autora (**JOILSON SOARES DE OLIVEIRA**), no valor de **R\$ 358,25 (trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, referente a indenização do seguro DPVAT e um segundo no valor de **R\$ 71,65 (setenta e um reais e sessenta e cinco centavos)**, referente aos honorários sucumbenciais, em nome do Advogado (**RUY NEVES AMARAL DA ROCHA**).

Vide tabela, abaixo:

12/08/2019

DrCalc / EasyCalc- Cálculos financeiros e judiciais pela web



Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo		
Descrição do cálculo		
Valor Nominal	R\$ 337,50	
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.	
Período da correção	Setembro/2018 a Julho/2019	
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples	
Período dos juros	29/5/2019 a 30/8/2019	
Honorários (%)	20 %	

Dados calculados		
Fator de correção do período	303 dias	1,030572
Percentual correspondente	303 dias	3,057189 %
Valor corrigido para 1/7/2019	(=)	R\$ 347,82
Juros(93 dias-3,00000%)	(+)	R\$ 10,43
Sub Total	(=)	R\$ 358,25
Honorários (20%)	(+)	R\$ 71,65
Valor total	(=)	R\$ 429,90

[Retornar](#) [Imprimir](#)

Ademais, ratifico a concordância no valor pago pela parte requerida, no Evento **Id 24196111**, na quantia de **R\$ 429,90 (quatrocentos e vinte e nove reais e noventa centavos)**, referente à **Ação de Cobrança do Complemento do Seguro DPVAT**,



vindo a requerer a expedição dos **dois ALVARÁS JUDICIAIS**, a fim de obter a liberação dos referidos valores perante a instituição bancária.

Outrossim, por não mais restar obrigações a serem cumpridas pela parte ré, pugna pelo **ARQUIVAMENTO DEFINITIVO DOS AUTOS**, com a consequente baixa na distribuição.

Nestes termos,
Pede deferimento.

João Pessoa-PB, 16 de setembro de 2019.

RUY NEVES AMARAL DA ROCHA

OAB/PB N° 23.263.



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08038810220198152003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOILSON SOARES DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada da inclusa guia de recolhimento de custas finais, bem como diante do cumprimento da obrigação e da satisfação do credor, requer a baixa do processo no cartório distribuidor e o subsequente arquivamento dos autos.**

Por oportuno, em caso de verificado saldo remanescente a ser recolhido, pugna-se pela intimação da demandada, em nome do seu causídico abaixo apontado.

Por derradeiro, requer, ainda a ré que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES, 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,



Pede Juntada.


JOAO PESSOA, 17 de setembro de 2019.



João Barbosa
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.1.19.25161/01
			Data de emissão: 04/09/2019
Nº do Processo: 0803881-02.2019.815.2003	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2019
Número da guia: 200.2019.625161 Tipo da Guia: Custas Finais			UFR vigente: R\$ 50,58
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 101,16 Promovente: JOILSON SOARES DE OLIVEIRA - Taxa Judiciária: R\$ 50,58 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 153,09
			Desconto total: R\$ 0,00
866300000019 530909283182 520190930203 011925161017 			Valor final: R\$ 153,09

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.1.19.25161/01
			Data de emissão: 04/09/2019
Nº do Processo: 0803881-02.2019.815.2003	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2019
Número da guia: 200.2019.625161 Tipo de Guia: Custas Finais			UFR vigente: R\$ 50,58
Promovente: JOILSON SOARES DE OLIVEIRA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 153,09
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 153,09

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.1.19.25161/01
			Data de emissão: 04/09/2019
Nº do Processo: 0803881-02.2019.815.2003	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2019
Número da guia: 200.2019.625161 Tipo de Guia: Custas Finais			UFR vigente: R\$ 50,58
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 101,16 Promovente: JOILSON SOARES DE OLIVEIRA - Taxa Judiciária: R\$ 50,58 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 153,09
			Desconto total: R\$ 0,00
866300000019 530909283182 520190930203 011925161017 			Valor final: R\$ 153,09





Guia - Ficha de Compensação

			Nº DA CONTA JUDICIAL
			0
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)
		11/09/2019	0
TIPO DE JUSTIÇA			
ESTADUAL			
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	
11/09/2019	2610665	0803881-02.2019.815.2003	
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PB	Vara Cível	RÉU	153,09
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
JOILSON SOARES DE OLIVEIRA		FÍSICA	04390448471
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
AA4254B3FF211C9C			
CÓDIGO DE BARRAS			
86630000001 9 53090928318 2 52019093020 3 01192516101 7			





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB, CEP: 58.013-520
Telefone: (83)3238-6333

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO Nº 0732/2019

Nº DO PROCESSO: 0803881-02.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOILSON SOARES DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

FINALIDADE:

Habilitação junto ao BANCO DO BRASIL S/A , para sacar o valor de **R\$ 358,25 (TREZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)** e eventuais acréscimos legais, conta judicial ID nº: 200133296831, guia nº 261066-5, datada de 02/09/2019, nos termos da determinação judicial de ID retro, nos autos acima.

BENEFICIÁRIO(S)

JOILSON SOARES DE OLIVEIRA, CPF nº: 043.904.484-71

AUTORIZADO A SACAR

JOILSON SOARES DE OLIVEIRA, CPF nº: 043.904.484-71

DESTINATÁRIO

BANCO DO BRASIL S/A

VALIDADE DO ALVARÁ



60 (SESSENTA DIAS)

O (A) Dr (a) ,Juiz(a) de Direito da 4ª Vara de Regional de Mangabeira, daComarca da Capital, em virtude da Lei, etc. AUTORIZA a(s) pessoa(s), física(s) ou jurídica(s), supra identificada(s), praticar(em) o(s) ato(s) especificado(s) acima, no campo “finalidade”. CUMPRA-SE. João Pessoa/PB, 26 de setembro de 2019. Eu, SILVANA DE CARVALHO FERREIRA, digitei.

Juiz(a) de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB, CEP: 58.013-520

Telefone: (83)3238-6333

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO Nº 0733/2019

Nº DO PROCESSO: 0803881-02.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOILSON SOARES DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

FINALIDADE:

Habilitação junto ao BANCO DO BRASIL S/A , para sacar o valor de **R\$ 71,65 (SETENTA E UM REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS)** e eventuais acréscimos legais, conta judicial ID nº: 200133296831, guia nº 261066-5, datada de 02/09/2019, nos termos da determinação judicial de ID retro, nos autos acima.

BENEFICIÁRIO(S)

Bel. RUY NEVES AMARAL DA ROCHA - OAB/PB 23.263

AUTORIZADO A SACAR

Bel. RUY NEVES AMARAL DA ROCHA - OAB/PB 23.263

DESTINATÁRIO

BANCO DO BRASIL S/A

VALIDADE DO ALVARÁ



60 (SESSENTA DIAS)

O (A) Dr (a) ,Juiz(a) de Direito da 4ª Vara de Regional de Mangabeira, daComarca da Capital, em virtude da Lei, etc. AUTORIZA a(s) pessoa(s), física(s) ou jurídica(s), supra identificada(s), praticar(em) o(s) ato(s) especificado(s) acima, no campo “finalidade”.CUMPRA-SE. João Pessoa/PB, 26 de setembro de 2019. Eu, SILVANA DE CARVALHO FERREIRA, digitei.

Juiz(a) de Direito

